



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com jornalistas brasileiros

Berlim – Alemanha, 07 de junho de 2007

Presidente: O que está acontecendo, está o relato feito. O que é importante e tem importância, na minha opinião, e o que interessa profundamente ao povo brasileiro é que as discussões no âmbito do G-8 não acontecem mais sem levar em conta a existência de países importantes e de economias em fase de desenvolvimento, como Brasil, Índia, China, África do Sul e México, e, quem sabe, no futuro, até outros países poderão participar. Obviamente, o Celso disse bem: nós somos convidados do G-8. Nós não temos incidência no documento final do G-8, mas a verdade é que, desta vez, já vai ter uma proposta de documento entre os convidados e a coordenadora do G-8, a chanceler Angela Merkel. A minha tese é muito simples. Hoje não se discute clima, não se discute comércio e não se discute qualquer assunto no mundo que não tenha que se levar em conta a existência de países como Brasil, China, Índia, México e África do Sul. É humanamente impossível, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico.

Nós estamos notando avanços a cada reunião que estamos participando. Eu, por exemplo, estou convencido de que a partir de amanhã nós precisamos começar a exigir uma participação mais efetiva, participando da elaboração dos documentos, para que nos documentos saia aquilo que a gente pensa também, que não haja documentos paralelos, um do G-5, um do G-8, ou seja, que saia uma posição muito clara do que os principais países do mundo pensam sobre os principais temas do mundo.

Na questão climática, por exemplo, o Brasil está convencido de que a melhor solução para que a gente diminua o aquecimento global é respeitar as decisões dos órgãos multilaterais. Aceitar a tese de que não há uma decisão



numa instância multilateral e que, portanto, o voluntarismo de cada país, sem meta e sem obrigações, vai resolver o problema, não vai. Porque todos nós sabemos que os países ricos são responsáveis por 60% das emissões de gases do Planeta e, portanto, eles precisam assumir a responsabilidade de que os países em desenvolvimento e os países mais pobres têm o direito de crescer como eles cresceram e têm o direito de ter a mesma qualidade de vida que eles conquistaram.

Aceitar a idéia de que os países em desenvolvimento e os pobres é que têm que fazer sacrifícios, nós não aceitamos, e, no caso do Brasil, se quiserem discutir a questão climática com seriedade, têm que olhar a questão dos biocombustíveis, e olhar com muito carinho. É saber claramente o que diminui mais a poluição, se é o aumento da tecnologia do motor ou se é a introdução dos biocombustíveis no motor desses carros. Até porque nós queremos combinar os avanços tecnológicos para diminuir as emissões de gases com a geração de empregos, e os biocombustíveis vão dar essa resposta que tanto precisamos nos países em desenvolvimento.

Essa é uma questão que nós não abrimos mão de discutir, e discutir levando em conta que eles têm que fazer duas coisas: a primeira delas é assumir a responsabilidade de ajudar a despoluir o Planeta que eles poluíram. E os biocombustíveis significam que você vai plantar uma árvore, por menor que ela seja, e é exatamente na fase do crescimento que ela vai captar, do espaço, o CO₂ que foi jogado. Então, só por aí já valeria a pena a política dos biocombustíveis. Segundo, porque gera muito emprego e, terceiro, porque é muito, muito mais limpo do que a gasolina ou do que o óleo diesel.

A segunda coisa que nós queremos discutir também com muita força, e que nós não aceitamos, é a idéia de passar para o mundo que: “olha, estão plantando cana na Amazônia ou estão plantando coisas na Amazônia.” Primeiro, a Amazônia é nossa, e nós, soberanamente, queremos decidir como cuidar da Amazônia. Segundo, a Amazônia tem 360 milhões de hectares de



matas e nós temos 381 outros milhões de hectares totalmente preparados para a agricultura. Desses, de tudo isso que eu estou falando de terra, apenas 6% é de cana-de-açúcar. Então, nós não aceitamos essa discussão, porque nós queremos preservar a nossa Amazônia. Diminuímos em 52%, em dois anos, o desmatamento, e queremos diminuir muito mais porque agora temos mais tecnologia para controlar. Mas queremos convencer o mundo de que os biocombustíveis são a solução para a despoluição do Planeta e para a geração de emprego e distribuição de renda.

A outra coisa que para nós está em jogo e é muito importante é a Rodada de Doha. Os países ricos precisam compreender que é descabida a idéia de que os países que têm muito dinheiro podem fazer subsídios internos na sua agricultura em detrimento à competitividade que deveria ser dada aos países pobres e aos países em desenvolvimento.

Não falo nem pelo Brasil, porque o Brasil tem competitividade com qualquer país do mundo em se tratando de agricultura, mas eu falo das chances que nós temos que dar aos outros países que não conseguem vender o seu algodão nos Estados Unidos, que não conseguem vender o açúcar na Europa. Países que, muitas vezes, têm no algodão ou no açúcar a única coisa para exportação. Então, para nós está claro, o mundo rico precisa abrir mão dos subsídios e ao mesmo tempo precisa flexibilizar a entrada dos produtos agrícolas dos países mais pobres.

Nós do Brasil e nós do G-20 estamos dispostos a fazer a flexibilização que for necessária nos produtos industriais. Agora, todo mundo tem que saber que o sacrifício tem que ser proporcional à riqueza dos países e ao tamanho do PIB desses países. Não peçam para os países pobres fazerem o mesmo sacrifício dos países ricos, porque só o fato de ser pobre já é um sacrifício maior do que o dos países ricos.

Então, nós vamos discutir essa questão com muita franqueza, porque a União Européia precisa flexibilizar a agricultura para que os países pobres



possam exportar os seus produtos e os Estados Unidos diminuïrem os subsídios. Se tudo isso estiver de acordo, nós poderemos presentear o mundo com um acordo que parecia impossível alguns anos atrás. Sem esse acordo, não adianta falar de paz, não adianta falar de terrorismo, porque a tendência é a situação se agravar. O que move as pessoas a viver em paz e harmonia é a esperança, é as pessoas terem um horizonte. E nós achamos que essas reuniões precisam começar a apresentar horizontes para, eu diria, quase dois terços da humanidade que estão fora do processo de desenvolvimento do Planeta.

E o terceiro tema que nós vamos colocar na pauta é a questão do cumprimento das Metas do Milênio. É muito bonito, 190 países vão a Roma e assinam as Metas do Milênio, agora, fica para os pobres cumprirem. E, como os pobres não têm jeito, não vão cumprir. E qual é a participação dos países ricos? Qual é a participação deles para que os países pobres possam cumprir as Metas do Milênio? Nós não estamos nem pedindo que dêem dinheiro aos países pobres não, e também não estou falando pelo Brasil porque nós não precisamos de ajuda para cumprir as Metas do Milênio. Eu estou dizendo é que, se não tiver projetos de desenvolvimento dos países ricos nos países pobres... e é por isso que eu sonho com o biodiesel, é por isso que eu sonho com o etanol, porque eu fico olhando o continente africano e fico imaginando o que se pode plantar de coisa ali para produzir combustível que os países ricos podem comprar. É uma chance histórica que a humanidade está dando a um continente que foi vítima de coisas tão violentas como foi o continente africano.

Então, eu venho para essa reunião com a convicção de que, certamente, não conquistaremos tudo que sonhamos conquistar mas, certamente, o G-8 sairá um pouco mais sensibilizado e levará em conta que quem está falando com eles não é menor do que eles, quem está falando com eles são países importantes, cada um no seu continente. São países que representam 42% da humanidade e são países que estão se preparando nessa competitividade



internacional. Eu vim com muita disposição para essa reunião com China, Índia, África do Sul e México e, amanhã, eu vou com muito mais disposição para a reunião desses cinco com o G-8, para poder discutir com um pouco mais de vontade. Não vou falar, obviamente, tão efusivo como eu estou aqui, mas vou falar. Se vocês quiserem saber, na hora de colocar o almoço eu não vou nem almoçar, eu quero falar na hora do almoço, porque é a chance que eu tenho de fazer com que as pessoas ouçam coisas que nem sempre é possível ouvir.

Então é isso. Quero agradecer a vocês e dizer que tem mais. Se vocês estiverem por aqui amanhã, na hora em que terminar o G-8, nós poderemos conversar um pouco mais para dizer o que aconteceu. No aeroporto, pode ser.

Jornalista: O modelo de desenvolvimento do biodiesel, Presidente. Existem diferentes modelos de desenvolvimento. Um, por exemplo, no Brasil, muito conhecido e criticado inclusive pela Europa, de etanol, produção de cana, que é baseado em grandes empreendimentos com uma série de problemas e tal. Existe um outro modelo de desenvolvimento social, aqui e no Brasil, de pequenos empreendimentos, coisas mais da agricultura familiar, por exemplo. Qual o projeto de governo para esse tipo de projeto?

Presidente: Primeiro, não tem um projeto, ou seja, hoje, nem a cana-de-açúcar é dotada daquelas áreas de 80 mil hectares, 50 mil hectares. Hoje o que nós vemos em vários lugares são os usineiros contratando a produção de cana de pequenos e médios proprietários, o que garante uma renda fixa ao pequeno proprietário e garante a produtividade para a usina.

Na questão do biodiesel, a lei aprovada prevê uma certa flexibilização para a agricultura familiar. É por isso que quando nós pensamos em desenvolver, a partir da mamona, a partir do pinhão manso, nós pensamos em criar uma lei dizendo que o empresário da fábrica de biodiesel que contratar a



produção da agricultura familiar tem uma certa isenção, desoneração de impostos, porque nós queremos fortalecer as regiões Norte e Nordeste e as regiões do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Obviamente que, quando começar a se produzir em grande escala, você vai utilizar soja, girassol, dendê, mamona, pinhão manso, caroço de algodão, porque o que não falta, no Brasil, é oleaginosa para produzir biodiesel. Então, tem oleaginosa para todos os gostos, para todas as regiões e para quem quiser produzir.

Jornalista: Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta que tem a ver com o cenário interno do País, mas é uma demanda que nós temos e, realmente, é muito importante neste momento a gente ouvir o senhor. O senhor deve ter acompanhado, hoje, no noticiário, no jornal, com relação à investigação sobre o seu irmão, Genival. Houve ali uma informação sobre as gravações que a Polícia Federal teria feito, de conversas nas quais ele teria prometido facilitar o acesso, ao governo, de empresários ligados aos Jogos, em troca de valores como 2, 3 mil reais. Também foi informado que esse empresário que teria sido beneficiado, que teria feito um acordo com o Genival, o Nilton Cezar, ele diz, em Campo Grande, que é amigo do senhor. Ele sempre se apresenta como um amigo do Presidente.

Presidente: Deixem-me dizer uma coisa para vocês, até porque é importante dizer. Eu não acho justo, depois de uma reunião com cinco países importantes, para discutir um assunto dessa magnitude, você me perguntar uma coisa que eu poderia falar para você na segunda-feira, em São Paulo, na terça-feira, em Brasília, na quinta-feira, no Rio de Janeiro, onde você quiser perguntar. Hoje e amanhã eu quero falar exatamente do G-5 e do G-8. Na segunda-feira você pode me perguntar o que você quiser, da política interna, que eu lhe responderei de peito aberto e coração muito aberto.



Jornalista: (em espanhol)

Presidente: Olhe, eu penso que para trabalhar um horizonte de 2050, para reduzir à metade, é preciso que a gente possa fazer, num horizonte menor, alguns compromissos, até para que possamos saber se nós, daqui a 10 ou 15 anos, teremos mecanismos de proteção muito maior à despoluição do Planeta do que esperar 2050. Eu acho que é um tempo muito largo e é um tempo que vai fazer com que aqueles que estão poluindo continuem poluindo e não façam nada, porque daqui a 50 anos vai passar tanta água embaixo da ponte e vai haver tantas revoluções tecnológicas, que eu acho que é uma decisão que está superada.

Eu penso que é importante levar em conta o seguinte: o que nós vamos fazer até 2012, o que vamos fazer até 2015, o que nós vamos fazer até o próximo ano, nós precisamos ter esse tempo até para que a gente vá aprimorando o processo de investigação, o processo de medição dessa despoluição, porque se assumir o compromisso até 2050, significa que muita gente não vai fazer nada até 2049. Agora, é preciso começar a cobrar o que vai se fazer no ano que vem, o que vai se fazer daqui a dois anos, para que a gente vá acompanhando, não só a diminuição do desmatamento, a diminuição da emissão de gases e, quem sabe, criando novas tecnologias para que a gente possa poluir menos o Planeta.

Jornalista: Presidente, sobre isso mesmo que o senhor está dizendo, no caso da discussão para o regime pós-Quito, a partir de 2013. O Brasil é contra qualquer tipo de meta para os países em desenvolvimento?

Ministro de Relações Exteriores: Desculpe me meter, mas a sua premissa está errada. O Protocolo de Quito não termina. Termina uma fase dos compromissos, porque tem que renegociar os compromissos. Mas não é pós-



Quioto não, porque isso é uma coisa que se procura vender, como se o Protocolo de Quioto fosse acabar.

Jornalista: Começa depois de 2013?

Presidente: Veja, a nossa tese é de que, primeiro, a gente tem que cumprir aquilo que está no Protocolo de Quioto, pelo menos a nossa tentativa é de fazer valer cada vírgula e cada palavra que foi assinada no Protocolo de Quioto. Se você chegar em 2012 e tiver um item, um artigo ou dois artigos do Protocolo de Quioto que estão vencendo, você tenta renová-los com novas bases. Mas abrir mão do Protocolo de Quioto, pensando que uma reunião voluntarista de chefes de Estado, em que ninguém assume compromisso para época nenhuma, em que ninguém diz o que vai fazer, que fica à vontade de cada um, significa não fazer nada.

Jornalista: Ou seja, o gesto dos americanos é inaceitável, então?

Presidente: Primeiro, eu acho que é um avanço que o presidente Bush tenha resolvido discutir um assunto pelo qual, até então, parecia que não tinha interesse. Não sei se foi o filme do Al Gore, não sei o que foi, mas o dado concreto é que ele resolveu tocar no assunto porque, até então, não tocava. Primeiro avanço. O que não é avanço? É tentar abolir o multilateralismo e fazer um clube de amigos: nós vamos fazer um clube de amigos, vamos nos reunir de vez em quando e vamos discutir, cada um volta para casa, cumpre se quer ou não quer. Isso não dá para aceitar.

Jornalista: Presidente, eu gostaria só de saber o seguinte: Nigéria, Argélia e México, os três são fornecedores de petróleo e são grandes produtores de petróleo e gás. A gente já sabe que tem um memorando com a Argélia para



fornecimento de gás a partir de 2008. Dá para aprofundar essa corrente para a gente poder diversificar o suprimento, levando em conta que a Petrobrás, no ano que vem já terá, em tese, a usina de gás ...

Presidente: É para isso que estamos trabalhando, para fazer a usina até 2008, fazer outra até 2009, uma no Rio de Janeiro e uma no Ceará. O problema nosso não é nem a usina, são os navios, que não existem disponíveis no mundo, e que nós precisamos alugar. Mas está indo bem. Não estamos com problema de gás.